



CONCELHO DE SINES

N.º 6 JAN/FEV. 1979

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

BOLETIM DAS AUTARQUIAS

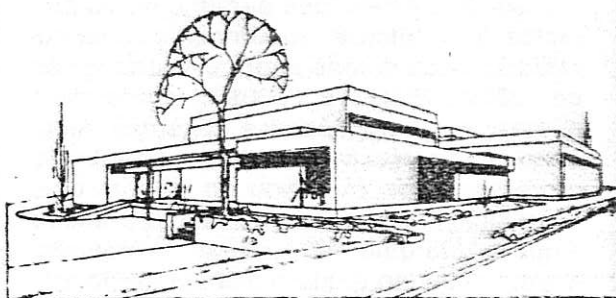
DIRECÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

O Poder Local na via do Socialismo

MERCADO MUNICIPAL DE SINES EM CONSTRUÇÃO

Finalmente respirámos fundo!

Foram dois anos de luta intensa com técnicos, verbas, planos que nos ultrapassam, como se alguém soubesse melhor do que nós o que precisa o povo do nosso concelho, com a buro-



Uma perspectiva de vista Norte/Nascente do novo mercado.

cracia, despachos, enfim, uma quantidade de inutilidades que, bem vistas as coisas, não valem sequer que se perca tempo com elas. Mas no entanto é o que temos, e como tal, temos que nos meter nelas, lutar no campo do adversário, até conseguir a desejada vitória.

Mas o que vai ser o nosso mercado depois de acabado? O mercado conforme se vê na perspectiva publicada, é composto de três corpos principais, que correspondem no interior a três sectores diferenciados de peixe, legumes, frutas e flores, que têm respectivamente 33, 36 e 32 bancas ou lugares de venda. Para além destas bancas ainda disporá de 11 lojas, com áreas médias de 25 m², dotadas de sanitários e arrecada-

(Continua na pág. 2)

SOBRE O DIREITO DE SUPERFÍCIE

Não se trata neste artigo de analisar as formas legais que regem o direito de superfície. Trata-se sim de pôr à evidência quais as vantagens para os munícipes e para a Câmara Municipal desta forma de aproveitamento dos terrenos urbanos e, se em conclusão poderemos afirmar que o direito de superfície serve o interesse da maioria da população e, portanto deverá ser defendido. A nossa Câmara Municipal já tem alguma experiência nesta matéria. Até à data já cedemos cerca de 100 lotes para moradias unifamiliares, 6 lotes que perfizeram 24 fogos, e terrenos à Cooperativa de Habitação Económica Unidade e Acção, no 1.º programa de 96 fogos. A Comissão Administrativa anterior também já tinha enveredado por este caminho e já tinha cedido terrenos que deram origem à construção de cerca de 60 fogos.

Ultimamente temos assistido a uma campanha mais ou menos orquestrada no sentido de criar dúvidas e obstáculos nos espíritos daqueles que pretenderiam empregar as suas poupanças ou contrair empréstimos para a construção de habitações próprias, dentro do regime de cedência de terrenos em direito de superfície. A maior dificuldade que os munícipes terão de enfrentar é a de que terão que se convencer que o facto de não serem proprietários do

(Continua na pág. 2)

1979 — CARNAVAL — 1979

Pág. 7



CONCELHO DE SINES

Boletim das Autarquias

MERCADO MUNICIPAL

ção. A parte da administração está situada no lado norte do cais de abastecimento, e inclui serviços administrativos, fiscalização, posto do veterinário, sanitários e vestiários para os trabalhadores. Na área adjacente ao cais e sita entre este e os locais de venda a abastecer, estão localizados os armazéns de víveres e de embalagens, bem como um bloco que inclui além do compartimento para motores, a fabricação de gelo, câmara frigorífica para peixe, com antecâmara, câmara para legumes e câmara para carnes com antecâmara comum. Tudo isto faz parte de um bloco central que inclui duas zonas de preparação de géneros, uma para peixe, e outra para carne e legumes, ambas situadas junto das respectivas câmaras frigoríficas. Entre o bloco de frio e os armazéns, desenvolvem-se duas passagens que constituem os corredores de abastecimento interno do mercado. Esses corredores dão acesso pelo lado sul à habitação do vigilante, que também tem entrada pelo exterior, e para o lado norte ao núcleo de serviços de apoio aos trabalhadores, como sanitários, vestiários, cozinha e refeitório. Disporá ainda de sanitários públicos do lado da entrada norte. A zona para depósito de lixo e de armazém para material de limpeza, conservação e jardinagem fica no topo sul.

Com esta breve descrição, os sineenses já terão uma ideia da operacionalidade e capacidade do novo mercado. É preocupação da Câmara concentrar no mercado o máximo possível de géneros, a 1ª necessidade, para que as donas de casa, façam as suas compras, sem ter que dar muitas voltas à procura do que necessitam.

DIREITO DE SUPERFÍCIE

terreno não deve levá-los a desistir da construção de sua habitação. Senão vejamos: — O lote de terreno já tem todas as infraestruturas (arruamentos, água, esgotos e luz) e à partida não terão que desembolsar qualquer importância na compra do terreno. Se por exemplo, tivessem possibilidade de colocar o dinheiro que vão investir na compra do terreno numa conta a prazo na banca, o juro pago pela banca cobraria totalmente o custo do direito de superfície pelo prazo da lei (70 anos).

Depois o prazo conforme a lei é de 70 anos, prorrogável por iguais períodos, e o direito de superfície pode ser passado de pais para filhos, bastando para tanto a concordância da Autarquia, que se por acaso não concordar, porque obras de renovação urbanas são necessárias, indemnizará o superficiário das obras realizadas e avaliadas aos custos actualizados.

Ainda a referir que geralmente os projectos dos edifícios são fornecidos pela Autarquia, cujos preços agora praticados são de 500\$00, 750\$00 e 1 000\$00, conforme o número de assoalhadas a construir. Além disto, o superficiário também poderá vender a sua casa, existindo no entanto dois condicionamentos importantes: o primeiro é que a Autarquia tem o direito de preferência e o segundo é que o novo superficiário no caso da Autarquia prescindir desse direito, deve reunir as condições previstas em regulamento municipal, onde se salienta o facto de não poder ter casa própria.

Quanto à Autarquia as grandes vantagens são a de que está cedendo terrenos a pessoas que de outra forma dificilmente construiriam alguma vez a sua habitação, e por outro lado põe sério travão à construção clandestina.

RECENSEAMENTO ELEITORAL

Terminou o prazo de inscrição do recenseamento eleitoral.

Por agora a Comissão de Recenseamento trata das questões de organização de ficheiros, envio e recolha de verbetes e reclamações. O dever de todo o cidadão nesta fase é a consulta aos cadernos para confirmação de que se encontram inscritos. No nosso concelho os núme-

ros dos recenseamentos efectuados após o 25 de Abril são:

Recenseamento de 1974	—	6 864
Actualização de 1975	—	7 189
Recenseamento de 1978	—	8 297

CONCELHO DE SINES

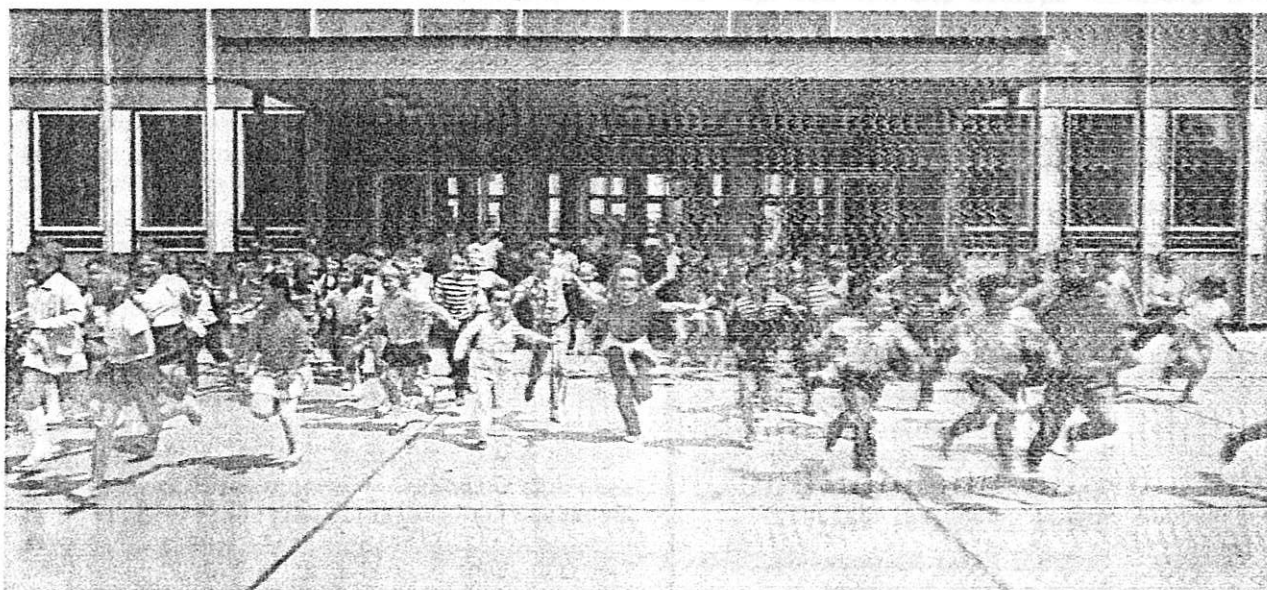
Boletim das Autarquias

ANO

INTERNACIONAL DA CRIANÇA

Na primeira reunião efectuada dia 5 de Janeiro, convocada pela Câmara Municipal, para discussão das formas de organização a adoptar, estiveram presentes as seguintes entidades: Assembleia Municipal, Conselho Municipal, Conselho Desportivo Municipal, Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia, Misericórdia, Actividades de Tempos Livres, Pioneiros de Sines,

fessores do Ensino Primário e Secundário, Associação de Estudantes, Organizações de Juventude, Comissões de Pais e actividades circun-escolares. Esta Comissão pretende dinamizar e coordenar todas as actividades a desenvolver, sem no entanto limitar à partida qualquer iniciativa de qualquer organização, integrada nas comemorações do Ano Internacional da Criança.



Vasco da Gama Atlético Clube, Bombeiros Voluntários, Movimento Democrático de Mulheres, Inter Comissão de Moradores, Banda de Música, União de Sindicatos de Sines, IASE, Delegação Escolar, Comissão de Gestão da Escola Preparatória, Comissão de Pais da Escola Preparatória, Comissão de Pais do IOS, Casa do Povo, União de Estudantes Comunistas e Juventude Socialista.

Dado o grande número de organizações e com o objectivo de tornar mais operativo o seu funcionamento, foi constituída a Comissão Coordenadora, composta pelos seguintes representantes:

Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Pro-

Para o mês de Fevereiro prevêem-se as seguintes iniciativas:

- Récita e Desfile de máscaras organizado pelos professores das escolas primárias.
- Desfile de majorettes integrado no curso do Carnaval organizado pela Comissão de Pais da Escola Preparatória e Banda de Música.
- Debate sobre os temas: Plano de Acção de Saúde Pública; Consequências para as crianças da situação de professores deslocados que faltam às aulas, etc.; Levantamento das carências das crianças das escolas primárias.

CÂMARA

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS É URGENTE A SUA APLICAÇÃO

Uma lei aprovada pela Assembleia da República, promulgada pelo Presidente da República, esbarrou, ao que parece, no Conselho de Ministros. Então no que ficamos? Será que só têm aplicação as leis que convêm a determinados "Senhores", e quando as outras leis que são mais favoráveis àqueles que não são tão "Senhores", ficam sujeitas a discussão, negociação, paralização, congelamento, difamação, etc.?

Assim não vale. Para umas leis, a aplicação é taxativa nem que para tal se tenham que utilizar guardas republicanos, cães-polícia, cassetes e outros instrumentos de amolgar cons-

ciências. Para outras leis, considera-se que não prestam e arrecadam-se nas gavetas. Não concordamos nem com uma situação nem com a outra. As leis quando são justas e viradas ao querer das populações nem precisam de guardas republicanos nem de gavetas, pois as próprias populações tratarão da sua aplicação.

Mas o que é a tão "perigosa" lei das finanças locais?

É a lei que torna as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia independentes das prepotências do poder Central do Estado; é a lei que dando às Câmaras Municipais parte dos impostos e contribuições cobrados nos concelhos (nalguns casos é a atotalidade das importâncias cobradas), vem reforçar substancialmente a capacidade financeira dos órgãos do poder local, permitindo-lhes mais rapidamente resolver as carências mais graves das populações; é em suma, a lei que todas as Câmaras Municipais e todas as Juntas de Freguesia deste País querem aplicada totalmente, porque são esses órgãos do Poder Local que vivendo o dia a dia com as populações, mais sentem os seus problemas, as suas preocupações e os seus anseios.

É uma lei virada à resolução dos problemas dos mais carenciados. É uma lei que não interessa a determinados Senhores.

EDITAIS JÁ PUBLICADOS

- N.º-1/79 — Concurso para admissão dum Fiscal Técnico de Obras.
- N.º-2/79 — Sobre obrigatoriedade de colocação de contadores de água nos fogos servidos por redes públicas de água.
- N.º-3/79 — Sobre a Feira Nacional de Cerâmica e Feira Nacional de Fruta, nas Caldas da Rainha.
- N.º-4/79 — Sobre o regulamento para atribuição de bolsas de estudo da Assembleia Distrital de Setúbal.
- N.º-5/79 — Sobre Comunicação da Comissão da Condição Feminina acerca da publicação duma brochura sobre Planeamento Familiar.
- N.º-6/79 — Sobre obrigatoriedade de colocação de números de polícia nas portas.
- N.º-7/79 — Postura sobre trânsito no Mercado Municipal.
- N.º-8/79 — Criação de Praça de Táxis na Praça da República.

MERCADO DE PEIXE

Foram vendidos no mercado municipal no largo do Castelo, entre 5 de Maio e 10 de Dezembro de 1978 qualquer coisa como 91 884 quilos de peixe, que correspondem, preços de lota e armazenista, ao custo líquido na retalhista de cerca de 6 080 contos.

MUNICIPAL

INFORMAÇÕES

- Foi adjudicado à firma Hidromecaniléctrica, a electrificação do lugar de S. Pedro, pela importância de 1 416 contos.
- Foi adjudicada à firma A. F. Teodósio, a construção de um dreno e respectiva captação, para reforço do abastecimento de água ao Porto Covo, pela importância de 694,5 contos.
- Foi deliberado iniciar a compilação dos documentos necessários à constituição do processo de passagem do Porto Covo a freguesia, a requerer posteriormente à Assembleia da República.
- Foi adquirido à firma FONSECAS e FABIÃO uma viatura Datsun Sado, pela importância de 194 contos, destinada a pequenos transportes de mercadorias.
- Foi deliberado proceder judicialmente contra o Sr. Francisco António Peres, por ofensas proferidas ao fiscal municipal quando este procedia ao cumprimento das suas obrigações profissionais.
- A Câmara Municipal fez deslocar a Sines no passado dia 22 de Janeiro, o Grupo de Teatro A Barraca, com a peça "Zé do Telhado", que foi representada no Salão do Povo. As receitas reverteram para os Bombeiros Voluntários de Sines.
- Também através da Câmara Municipal se deslocou a Sines no passado dia 16 de Fevereiro, o espectáculo "Tu não conheces a Música", apresentado pelo Teatro Amador de Setúbal, cujas receitas reverteram para a Associação de Reformados de Sines. Tanto este como o espectáculo de teatro do mês anterior, fazem parte do Plano de Actividades Culturais da Autarquia para o corrente ano, que entres outros inclui teatro infantil, concertos musicais, grupos corais, etc..
- Foram montados 19 depósitos para água, que serão abastecidos regularmente por auto-tanque, com capacidade para 350 ou 500 litros, nas escolas primárias das zonas rurais, designadamente, Bêbeda (1), Bolbugão (1), Cabeça da Cabra (2), Lentiscas (2), Morgavel (1), Paiol (1), Palmeiras (1). Destinam-se a evitar que as crianças bebam água dos poços, de qualidade mais que suspeita, e possam contrair doenças mais ou menos graves.
- Foi deliberado proceder à construção de sanitários na escola primária das Plameiras e a uma reparação geral de pavimentos e caixilharias, suprimindo uma carência grave daquela escola.
- Os CTT concordaram na montagem de duas cabines telefónicas a instalar no Bairro Marítimo e na Praça da República. Aguardamos agora o fornecimento do equipamento necessário, pela Área de Telecomunicações de Setúbal, para que a população veja mais uma sua velha aspiração concretizada.
- Foi deliberado oficial o Sr. Governador Civil do distrito, sobre as obras do Gabinete da Área de Sines que se encontram paralizadas ou abandonadas no nosso concelho, tais como:
 - a) Viaduto da Rua Marquês de Pombal;
 - b) Escolas Secundárias - arranjos exteriores e acabamentos;
 - c) Instalações da Administração do Porto de Sines;
 - d) Viaduto da Estrada da Ribeira dos Moinhos;
 - e) Urbanização de Bairros Habitacionais - 369 fogos;
 - f) Controlo automático do abastecimento de água a Sines.
- Foi deliberado proceder à abertura de concurso público para elaboração do Plano geral de urbanização de Porto Covo.
- Foi deliberado proceder à compilação dos documentos necessários para requerer ao Ministério da Administração Interna e Assembleia da República a passagem de Sines a Concelho Urbano, ou na impossibilidade legal a passagem a concelho rural de 1.ª.
- Foi deliberado proceder à reparação de um dos dois pavilhões pré-fabricados que o Ministério da Educação e Cultura tem abandonados junto às escolas primárias da vila, para que os alunos dos ensinos preparatório e secundário possam utilizá-lo para educação física.

DENTRO DAS POVOAÇÕES CIRCULE DEVAGAR E COM ATENÇÃO. A TODO O MOMENTO UMA CRIANÇA PODE APARECER À FRENTE DO SEU CARRO OU DA SUA MOTORIZADA.

CONCELHO DE SINES

Boletim das Autarquias

COOPERATIVA HABITAÇÃO ECONÓMICA

“UNIDADE E ACÇÃO”

Realizou-se no passado dia 13 de Fevereiro uma Assembleia Geral para discussão das alternativas que se colocavam à cooperativa, no âmbito do arranque da construção de 96 fogos, conforme 1.º programa já aprovado pela Secretaria de Estado da Habitação. As duas hipóteses que se debatiam podem-se resumir no seguinte:

Ou aguardar a aprovação do Orçamento Geral do Estado e conseqüentemente as dotações financeiras para o Fundo de Fomento da Habitação, e mais tarde a transferência à Cooperativa,

só então começando as obras; ou apelar à participação das poupanças dos sócios, que as colocariam à ordem da Cooperativa, podendo assim suportar os primeiros encargos da construção, e por conseqüência arrancar o mais rápido possível na edificação das habitações, até que a dita transferência do Fundo de Fomento se realizasse. Vistas e esclarecidas as questões, os sócios presentes resolveram mandar a direcção para que as obras arranquem o mais depressa possível.

NOVA EQUIPE

DE POLICLÍNICOS

Já se encontra em Sines a nova equipe de médicos policlínicos, no âmbito do serviço médico à periferia. Esta é a 4.ª equipe que vem para o nosso concelho. As duas primeiras, de 1976 e 1977, foram colocadas em Santiago do Cacém, embora o seu serviço se estendesse também a Sines. Só a partir de 1978, por diligências da equipe de 1977 e da Câmara Municipal, se conseguiu que passassem a ser colocadas em Sines equipes deste serviço.

Os médicos que terminaram o seu serviço desenvolveram um óptimo trabalho na cobertura sanitária do concelho, pois para além do serviço prestado no centro de Saúde, visitavam com frequências as escolas primárias e o jardim infantil do IOS; também, se deslocavam várias vezes por semana ao Porto Covo, Paiol, Cabeça da Cabra e Sonega, onde atendiam as populações locais. A nova equipe já se encontra instalada na ex-videnda Durão, no Alcaíal e é formada por sete médicos. A C.I.S.S.L. já reuniu com um seu representante para troca geral de informações sobre os problemas mais prementes, tais como a abertura do Hospital, a manutenção e possível ampliação dos postos avançados no concelho e o problema do funcionamento duma maternidade em Sines.

S. TORPES —

— QUE FUTURO?

Nos últimos anos temos assistido à degradação escandalosa das praias de S. Torpes. As duas ou três dezenas de barracas de madeira então existentes, e exclusivamente para uso de Verão, viram-se aumentadas para mais de duas centenas, para os fins mais diversos: habitação (se é que podemos considerá-las como tal), negociatas de todo o género (vendas, alugueres, etc.).

Uma pergunta se coloca desde logo: Quem é o responsável? Antes da formulação das respostas um esclarecimento se impõe: — em S. Torpes, nas áreas a que nos referimos, existem dois tipos de proprietários. Um, o Domínio Público Marítimo, o outro, o Gabinete da Área de Sines. Quanto ao primeiro, o domínio público marítimo, que abrange grosso modo as zonas compreendidas entre a estrada municipal e o mar, a situação está perfeitamente sob controlo. Quanto ao segundo, o Gabinete da Área de Sines, é o que se vê: nem controlo, nem fiscalização, nada!

As barracas nascem como cogumelos. Até quando?

A Câmara Municipal já alertou quem de direito: o próprio G.A.S.; o Ministério das Obras Públicas; a Comissão Nacional do Ambiente; a Presidência da República; o estado maior da Armada; o Governo Civil de Setúbal.

Até agora só o governador do distrito veio ver.

Aguardemos

RECENSEAMENTO ELEITORAL

CARNAVAL - 79



O Produto destina-se a Obras de Beneficência em Sines

O Carnaval de Sines tem sido ao longo dos anos uma festa eminentemente popular. Para o provar bastará assinalar que, por um lado resulta do trabalho voluntário de carpinteiros, pedreiros, ajudantes, estudantes, donas de casa, pequenos comerciantes e industriais, empregados, etc., que fora dos seus horários profissionais, isto é, à noite, dão o seu insubstituível contributo à construção de cada Carnaval, e por outro lado, que os lucros todos os anos apurados revertem para instituições, como a Mesericórdia, os Bombeiros Voluntários, a Banda de Música e outras, cujos objectivos são a prestação de serviços à nossa comunidade.

O Carnaval deste ano apresenta nove novos carros, fruto da imaginação dos seus construtores. Foi distribuída por vários pontos do país publicidade alusiva, através das camionetas da Rodoviária Nacional e amigos doutros lugares, que se prontificaram à colaboração; também foi entregue aos Parodiantes de Lisboa um pequeno anúncio no seu programa das 19 horas. Um outro factor a realçar foi o espírito colectivo do trabalho desenvolvido e a participação nas reuniões semanais de todos os trabalhadores, para que todos estivessem conhecimento e discutissem as orientações mais aconselhadas nos vários pelouros.

No próximo Boletim forneceremos informações mais pormenorizadas sobre o Movimento financeiro e social do Carnaval deste ano.

EFEITOS DO ÚLTIMO TEMPORAL

O último temporal, cujas consequências mais dramáticas tiveram lugar nas bacias dos grandes rios (Tejo, Douro, Mondego, Sado e outros), onde milhares de Portugueses ficaram sem abrigo e sem haveres, também incidiu gravemente no litoral, causando estragos em vários portos do país desde Leixões até Sines. O molhe oeste, viu-se gravemente afectado, encontrando-se mais de 1 000 metros de muralha destruídos, praticamente toda a extensão do posto 3 à cabeça do molhe. O montante deste prejuízo é para já incalculável, embora já se afirme que não será inferior a um milhão de contos. A Sorefame também sofreu grandes prejuízos, pois o mar atirou para o fundo vários equipamentos de soldar e uma grua. O ancoradouro do Infante D. Henrique voltou a ser invadido pelas águas, que atiraram ao fundo dois automóveis e provocaram estragos nos pontões de acesso, para além de o mar ter novamente destruído as defesas do ancoradouro viradas a sudoeste.

Em S. Torpes as vagas destruíram parcialmente o restaurante Mar de Prata e a casa de socorros a naufragos dos Bombeiros Voluntários de Sines.

Até a estrada marginal de S. Torpes foi danificada e invadida de pedras e areia. Junto à Ribeira de Morgavel as águas da chuva provocaram rasgos profundos no caminho de acesso à Pedra Casca, na Praia da Oliveirinha, quase isolando toda a zona. No Porto Covo as chuvas provocaram também rasgos profundos no acesso àquela aldeia, que para não ficar isolada, os trabalhadores da Câmara tiveram que fazer reparações provisórias depois da saída do trabalho. Cerca de uma dezena de casas, que até agora há conhecimento, sofreram danos nos telhados, portas, janelas, etc.. A Ribeira dos Moinhos acumulou tanta água que apanhou o lençol das captações municipais, no Monte Feio, fazendo com que a água começasse a aparecer barrenta nas torneiras dos consumidores; após análise efectuada detectou-se não estar a água em condições de ser consumida apesar do tratamento de cloro que continua a ter. A Câmara continua a trabalhar para regularizar rapidamente a situação.

Ainda a assinalar que um pequeno barco partiu a amarração e deu à costa junto da praia das Bicas, sabendo-se que o seu proprietário não é do nosso concelho.

24 DE JANEIRO

EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Cerca de um milhão de trabalhadores e outras camadas da população manifestaram-se das mais diversas formas (concentrações, paralizações, abaixo-assinados, etc.) de norte a sul do país, deixando claramente vincada a sua vontade de lutar pela Reforma Agrária, contra a política repressiva do Ministério da Agricultura e Pescas, e assinalando também o seu descontentamento contra a alta do custo de vida, que já atinge valores inoportáveis para muitas e muitas famílias de Portugueses. Em Sines, cer-

bastões e cães-polícia; falou ainda o representante da União dos Sindicatos sobre a necessidade da defesa da Reforma Agrária, como necessidade de defender a democracia e as liberdades individuais dos Portugueses. Por fim, interveio o Presidente da Câmara de Sines sobre a defesa global da Constituição e do Regime Democrático, sobre as dificuldades actuais das autarquias e a necessidade da aplicação da Lei das Finanças Locais, e sobre o trabalho desenvolvido pela Câmara de Sines.



ca de 2 500 pessoas concentraram-se no Largo dos Correios, em resposta à Convocação da Comissão Unitária de Mulheres do nosso concelho. Intervieram no uso da palavra representantes da Comissão Unitária de Mulheres, que falaram acerca do aumento do custo de vida e principalmente dos géneros de primeira necessidade (peixe, carne, frutas, pão, etc.); falou depois um representante da União dos Sindicatos, que abordou a questão do desemprego, da fuga das entidades patronais nas negociações dos contratos colectivos de trabalho, da repressão que reina nos campos do Alentejo, onde a GNR requisitada pelo Ministério da Agricultura e Pescas impõe a marcação ilegal e arbitrária de reservas nas cooperativas agrícolas, à força de

No final foram aprovadas duas moções: uma contra o aumento de preços, contra os ataques à Reforma Agrária, pela revogação da Lei Barreto; outra de repúdio pela decisão da Comissão Administrativa do INATEL de não ceder o estádio 1.º de Maio à CGTP-Intersindical Nacional para as comemorações do dia 1.º de Maio deste ano.

Posteriormente as Câmaras do Distrito de Setúbal deslocaram-se à Assembleia da República, onde tiveram encontros com os grupos parlamentares do PCP e do PS, a fim de fazerem entrega das moções aprovadas e abaixo-assinados recolhidos no dia 24 de Janeiro nos vários concelhos.